

# Fome Zero? Não: Fome Mais 1,03%

**Ao contrário do que se queria, o número de indigentes no Brasil em 2003 subiu para perto de 50 milhões**

A intenção número um do governo Lula era combater a fome. *Fome zero*, era a consigna. Mas o inferno é cheio de boas intenções: de fato, no Brasil, a fome aumentou. O Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou em outubro estudo que mostra que, entre 2002 e 2003, aumentou de 26,23% para 27,26% o número dos brasileiros considerados indigentes – aqueles que não têm dinheiro suficiente para comprar os alimentos que lhes garantiriam as 2.280 calorias diárias consideradas pela Organização Mundial de Saúde, da Organização das Nações Unidas (ONU), como o mínimo indispensável para a pessoa não passar fome. São 47,4 milhões de brasileiros nessa situação. Eram 45,0 milhões, o que significa um aumento de 2,4 milhões de pessoas no rol dos famintos. O aumento maior da fome foi nas regiões metropolitanas – de 16,6% para 19,14%. Nas áreas rurais, o número de indigentes diminuiu: de 51,4% para 51,0%. O saldo final foi

de aumento da fome porque nas regiões metropolitanas têm mais gente. A linha da fome da pesquisa do CPS da FGV, dirigida pelo economista Marcelo Neri, respeitado pesquisador dessa área, é uma das mais altas entre as calculadas no país. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento, parte de uma linha de indigência que se baseia no consumo de 2.100 calorias diárias – o mínimo fixado pela FAO, órgão da ONU para a agricultura e a alimentação. O IPEA ainda não divulgou os dados para 2003. No último dado disponível, a parcela de miseráveis com base na linha do IPEA caíra de 15,25% em 2001 para 12,16% em 2002. Nos cálculos de Neri, também houve queda de 2001 para 2002: de 28,72% para 26,3%.

**Aumento da fome** Os números do IPEA para 2003, mesmo bem mais baixos em termos absolutos que os da FGV, devem mostrar também um aumento da fome em relação ao ano de 2002. Isso porque a base de informações do IPEA e da FGV é a mesma, a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD é a mais importante e mais completa das pesquisas de domicílios feitas no país. Para a PNAD 2003, os técnicos do IBGE visitaram – entre outubro de 2002 e setembro de 2003 – 133 mil domicílios de quase todo o país (só não foram feitas amostras nas áreas rurais muito despovoadas da Amazônia). A PNAD é feita com certa regularidade desde 1981 – não foi feita apenas em quatro anos: 1982, 1991, 1994 e 2000. Os dados da PNAD 2003, quando comparados com os de 2002, já sugeriam que a fome tinha aumentado: a renda média dos trabalhadores ocupados tivera forte queda – de R\$ 747, para R\$ 692. E o desemprego também

tinha aumentado: de 9,2% em média em 2002, pelos critérios do IBGE, para 9,7% em média em 2003 (O IBGE considera empregados todos os que têm alguma ocupação. E tem duas medições: a da PNAD, feita em quase todo o país; e a PME – Pesquisa Mensal de Emprego –, feita apenas nas seis maiores áreas metropolitanas).

A partir da renda obtida pelo trabalho se pode ter uma idéia de onde estão os que passam fome. Dividindo os trabalhadores por ordem de renda do trabalho crescente, em 10 blocos iguais com 10% de trabalhadores em cada um, se vê que mais de 80% da renda está distribuída nas cinco camadas de renda mais alta – a dos que ganham em média R\$ 415; a dos de R\$ 520; a dos de R\$ 697; a penúltima, com trabalhadores com renda média de R\$ 1.080; e a camada superior, onde estão os 10% mais ricos em termos de renda do trabalho, que ganham em média R\$ 3.134 e que ficam com 45,3% de toda a renda do trabalho.

É claro, deve-se procurar os famintos nas outras cinco camadas – as de rendas mais baixas, dos cinco blocos com 50% dos trabalhadores ocupados cujas rendas médias por bloco, em ordem decrescente, são de R\$ 333, R\$ 271, R\$ 237, R\$ 165 e, no fundo do poço, os 10% de trabalhadores ocupados com renda média de R\$ 69 e que, juntos, têm apenas 1% da massa de rendimentos do trabalho – cerca de 50 vezes menos que os de rendimentos mais altos. Os cálculos de Marcelo Neri mostram que, em 2003, a renda média necessária para poder comprar todos os alimentos com as 2.280 calorias mínimas e escapar da linha da fome era de R\$ 108 (em 2002 era de R\$ 93). Portanto, todo o último bloco de ocupados cai nessa categoria.

Evidentemente, a conta não é tão simples. Além dos rendimentos do trabalho, os trabalhadores podem ter outras

## O MERGULHO DA RENDA DO TRABALHO

No primeiro ano do governo Lula, a sétima queda consecutiva



Fonte: PNAD, 2003; IBGE

rendas: aplicações financeiras, mesmo que modestas, aluguéis, pensões, seguros etc. Além disso, há o desemprego; e trabalhadores que são obrigados a viver da renda de outros trabalhadores. Por ser bastante completa, a PNAD permite fazer todas essas correções. O caso de Sulemar Leandro, 23 anos, moradora da periferia de São Paulo (na foto abaixo), é um desses casos: de desempregada, sem marido vive com quatro filhos e depende da irmã, Fernanda, de 26, que ainda sustenta a mãe e um filho, todos com seu salário-mínimo, de doméstica.

**Escolha política** Quando a PNAD 2003 foi divulgada, o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, saiu em defesa do governo dizendo que os números não serviam para avaliá-lo. Nunes disse que a retração observada em indicadores como emprego e renda “foi a escolha política que o governo fez para enfrentar problemas críticos da macroeconomia do país”. Segundo Nunes, o governo optou por “fazer frente a esses problemas e o rescaldo veio sobre o emprego e o rendimento”.

Nunes tem razão: o governo optou pelo caminho de respeitar os acordos com os credores e de manter a política em curso reforçando o pagamento de juros. O diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, João Sabóia, diz: “Lula assumiu a presidência com inflação crescendo, taxa de juros elevada, câmbio explodindo e com o mercado

apostando contra. Com isso, passou a aplicar uma política mais conservadora do que a do próprio Fernando Henrique, jogando a economia para baixo”. Em fevereiro de 2003, a meta do superávit nas contas públicas para pagar juros da dívida que FHC tinha deixado em 3,75% do PIB foi elevada para 4,25% do PIB. Das intenções iniciais do presidente, muita coisa sumiu em 2003. Da meta de criar já em 2003 uma parte dos 10 milhões de novos empregos nos quatro anos de seu mandato ficou um saldo negativo: o desemprego aumentou, em termos absolutos, de 7,9 milhões de pessoas, para 8,5 milhões de pessoas.

Até onde vai a pobreza e a fome no Brasil? A série de dados do rendimento do trabalho da PNAD apresentados no gráfico da página ao lado dá algumas pistas. O rendimento mais alto é de R\$ 992, de 1986, o ano do Plano Cruzado (todas as quantias citadas neste artigo são convertidos para reais de setembro de 2003). O gráfico tem dois vales: o do começo dos anos

## DISTRIBUIÇÃO DA MISÉRIA

Indigentes por Estado, em %

Maranhão	63,72
Piauí	61,75
Ceará	55,73
Alagoas	55,43
Bahia	54,80
Tocantins	51,17
Pernambuco	50,95
Paraíba	50,22
Sergipe	50,14
Rio Grande do Norte	46,93
Pará	41,75
Amazonas	38,79
Amapá	36,56
Acre	31,28
Minas Gerais	26,79
Espírito Santo	26,31
Mato Grosso	25,89
Goiás	25,46
Rondônia	22,35
Mato Grosso do Sul	22,26
Paraná	20,88
Roraima	20,16
Rio Grande do Sul	16,76
Distrito Federal	16,21
Rio de Janeiro	16,21
Santa Catarina	14,40
São Paulo	10,40

Fonte: PNAD, 2003; IBGE

80 e o do começo dos anos 90, os anos das duas recessões mais dramáticas da história recente brasileira – uma, ao final do Regime Militar, e a outra, na transição da Nova República para os governos neo-liberais, inaugurados com Fernando Collor de Mello. Deve-se notar que a renda se recupera rapidamente nos anos de expansão, 1984-1986 e 1993-1995. E que 2003, o primeiro ano do governo Lula, foi o sétimo ano de queda na renda real dos trabalhadores ocupados.

O período coberto pela PNAD – 1981-2003 –, coincidentemente, é o período que vai do ajuste do Brasil ao pagamento da dívida externa contraída pelos militares, para fazer o “milagre econômico” dos

anos 1968-1973, ao ajuste do Brasil ao pagamento da dívida externa contraída pelo governo Fernando Henrique Cardoso, para fazer o milagre do Plano Real, no segundo grande surto recente de envidadamento do país.

O presidente da República, o pai do programa *Fome Zero*, tem, até agora, na aparência, se preocupado com pagar os compromissos com os credores e, ao mesmo tempo, acabar com a fome. Ele acha que 2003 foi um ano de sacrifícios e que daqui para a frente tudo vai ser diferente. Será bom se for verdade. Mas pode não ser. No final de setembro ele decidiu fazer um novo aumento do superávit fiscal – de 4,25% do PIB para 4,50% do PIB neste ano – para pagar juros. O total de juros a ser pago este ano é de cerca de R\$ 75,0 bilhões.

A economia adicional para pagar juros decidida no final de setembro é de aproximadamente R\$ 5,0 bilhões, que equivale mais ou menos ao valor previsto para todo o programa Bolsa Família, o principal programa de ajuda aos mais pobres do governo federal, para este ano. [RRP]

## ONDE ESTÃO OS QUE TÊM FOME

Eles estão entre as famílias de rendimentos do trabalho mais baixos e os desempregados. Sulemar, na foto com sua família, é um exemplo dessas situações.

